

O caso Geisy Arruda: representações midiáticas brasileiras sobre violências contra mulheres

The Geisy Arruda case: Brazilian media representations of violence against women

Rayani Mariano dos Santos

*Pesquisadora do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades – NIGS
Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
rayanimar@hotmail.com*

Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa

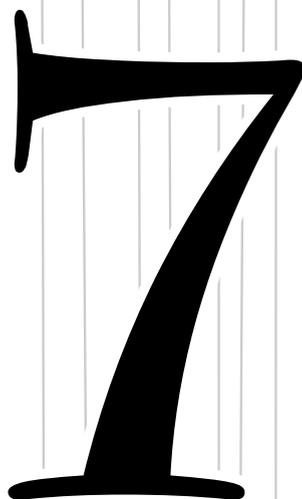
*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UFSC
Pesquisadora do NIGS
patriciarosalba@gmail.com*

Giovanna Lícia Rocha Triñanes

*Pesquisadora do NIGS
Estudante do curso de Ciências Sociais da UFSC
giovanna_licia@hotmail.com*

Miriam Pillar Grossi

*Professora do Departamento de Antropologia da UFSC
Coordenadora do NIGS
Doutora em Antropologia Social
miriamgrossi@gmail.com*



Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura midiática divulgada em portais da internet sobre o caso da estudante Geisy Arruda, agredida pelos colegas dentro do *campus* da Universidade Bandeirante em São Paulo, sob a alegação de que estava usando um vestido muito curto. Foram pesquisadas 171 matérias de quatro portais (*Folha de S. Paulo*, *R7* da Record, *G1* da Globo e revista *Época*). Observa-se que o evento de agressão atraiu grande interesse da mídia e da população e promoveu um intenso debate entre jornalistas, antropólogos, psicólogos, intelectuais, políticos e ativistas de movimentos sociais, principalmente do feminista. Porém, apesar da grande discussão e do espaço ilimitado da internet, a violência de gênero não foi muito discutida, tendo algumas matérias, inclusive, ratificado essas agressões como “culpa da estudante”.

Palavras-chave: Gênero. Mídia. Violência.

Abstract

This paper analyzes the media broadcasting coverage on web portals about the case of the student Geisy Arruda, harassed by colleagues within the Bandeirante University campus in Sao Paulo, under the claiming that she was wearing an “unappropriated” very-short dress. 171 reports from four web portals (*Folha de S. Paulo*, *R7* Record, *G1* and *Época* magazine) were investigated. It has been noticed that the aggression event gathered a lot of perspectives and a huge media and population interest, which promoted an intense debate among journalists, anthropologists, psychologists, intellectuals, politicians and activists from social movements, especially the feminist one. In despite of all the extended real and virtual discussions, little reflection on violence against women was made present, though. And in some particular media cases, the aggression was ratified as “her blame”.

Key-words: Gender. Media. Violence.

Introdução

Importantes estudos acadêmicos em torno das violências praticadas contra mulheres têm sido produzidos desde o final da década de 1970 por estudiosas da temática¹. Pesquisadoras como Mariza Corrêa (1983) Miriam Pillar Grossi (1998, 2006), Maria Filomena Gregori (1993), Heleieith Saffioti (1995, 2004), Lia Zanotta Machado (2010), entre outras, têm contribuído para a diversificação teórica em relação ao debate em torno desse campo de estudo. Além disso, essa produção de conhecimento tem proporcionado um diálogo bastante particular entre pesquisadoras, militantes e instituições públicas, as quais passaram a atuar diretamente no atendimento às mulheres vítimas de violência.

O reconhecimento social das violências contra as mulheres, como um fator de ordem pública, começou a ser caracterizado efetivamente mediante denúncias junto às delegacias a partir da década de 1980, fruto de pressões do movimento feminista que mobilizava a sociedade com o objetivo de prevenir e criminalizar as violências. De acordo com diferentes autoras (GROSSI, 1998; CORRÊA, 1983; MACHADO, 2010), antes da emergência dos movimentos feministas, havia pouca visibilidade dos casos de violências praticados contra as mulheres, sendo situados e resolvidos na ordem do domínio privado.

Após o surgimento dos SOS Mulher (GROSSI, 1998), primeiros grupos feministas que lutavam contra as violências praticadas contra as mulheres nos anos 1980, estabeleceu-se um diálogo dos movimentos feministas com o Estado, sendo uma das primeiras políticas públicas efetivas em relação à temática das violências a criação da primeira delegacia da mulher, que aconteceu no estado de São Paulo no ano de 1985.

As lutas contra as violências e a busca pela criminalização continuaram marcando a agenda do movimento feminista durante a década de 1990, obtendo sucessos e também alguns retrocessos. Autoras como Debert (2006) explicam os retrocessos principalmente a partir da instauração da Lei 9.099/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, cujo principal objetivo era a ampliação do acesso da população à justiça. Os mecanismos aplicados contribuíam para a celeridade processual e a aplicação de penas alternativas em lugar das penas de restrição da liberdade. Esse fato colocou as violências contra a mulher no patamar de “menor potencial ofensivo”.

¹ Para conhecimento das várias pesquisadoras que têm contribuído com o debate sobre violências contra a mulher, ver os livros Grossi; Minella; Porto (2006) e Grossi; Losso; Minella (2006).

Em 2006, foi aprovada a Lei 11.340, denominada de Lei Maria da Penha. A denominação da Lei 11.340 de 2006 foi uma homenagem a Maria da Penha, farmacêutica paraense, vítima de tentativa de assassinato pelo marido por duas vezes e como consequência ficou paraplégica. Segundo dados do primeiro relatório sobre a Lei Maria da Penha publicado em 2010, em 2005 já existiam 398 delegacias especiais para mulheres espalhadas por todo o país. De acordo com Wania Pasinato e Cecília MacDowell Santos, o número total de delegacias passou no ano de 2008 para 403. Machado (2010) aponta que o total de delegacias especializadas de atendimento à mulher, somando-se aos postos de atendimento especializado às mulheres, chega a 404, segundo dados apresentados pela Secretaria de Políticas para Mulheres em 2008.

A importância do surgimento de legislações específicas que tratam de violências contra as mulheres aponta para o fato de que existe um número alarmante de mulheres que sofrem violências no Brasil, tanto no espaço privado do lar como no âmbito da vida pública, isto é, em variadas instituições, ambientes de trabalhos, ruas, igrejas, serviços de saúde, redes de telecomunicações, escolas e universidades. Notícias de violências contra mulheres têm ocupado espaço na mídia brasileira com bastante frequência.

A forma, muitas vezes, arbitrária e condenatória com que as mulheres vítimas de violência são apresentadas e representadas pelos meios midiáticos é o objeto de nossa reflexão aqui, tomando como exemplo um episódio de grande repercussão na mídia brasileira – o caso da estudante de Turismo Geisy Arruda, que foi agredida por colegas da faculdade por estar usando um vestido curto, cor-de-rosa. É a respeito da imensa repercussão desse fato na mídia, acontecido em 2009, que nos debruçamos. Esse acontecimento foi muito divulgado na mídia brasileira, ganhando espaço também no cenário internacional. No dia 10 de novembro de 2009, por exemplo, o *site* do *New York Times* noticiou que a expulsão de Geisy havia sido revogada. Além disso, os jornais *Guardian*, *Daily Telegraph* e *Pakistan News* deram também destaque ao acontecimento, sendo o caso noticiado até na televisão portuguesa.

Para a análise pretendida, utilizamos como fontes de pesquisa o banco de dados que construímos com matérias jornalísticas publicadas nos portais da *Folha de S. Paulo*, *R7* da rede Record, *G1* da rede Globo e revista *Época*, bem como por meio do programa semanal Fantástico, exibido aos domingos pela emissora Globo de televisão. Esses jornais são representativos do conjunto dos meios de comunicação no Brasil, alcançando milhares de leitores e expectadores e atuando, também, no intenso processo de formação de opinião pública da

sociedade brasileira. Também utilizaremos como instrumento teórico de análise o conceito de gênero, com enfoque nas violências contra as mulheres².

Apoiando-nos metodologicamente em estudos de Grossi *et al.* (2010) sobre mídia, optamos por delimitar um recorte temporal do material recolhido. Selecionamos as matérias que foram expostas entre os dias 28 de outubro de 2009 (primeiro dia em que alguma matéria desses sites consultados fez referência ao assunto) e 12 de novembro de 2009. Subsidiaram nossa análise aspectos que constam em cada matéria publicada como: título da matéria, setor do site, lugar que o site ocupa e o tipo de emissor. Para analisarmos a cobertura midiática do caso de Geisy Arruda, baseamo-nos na metodologia que se utiliza da análise de discurso. De acordo com Rial (2004) e Hamburger (2007), além de textos, discursos são práticas sociais. Nesse sentido, a mídia tem o poder de originar fenômenos sociais e estabelecer ou alterar estereótipos.

Ao analisarmos os portais da *Folha de S. Paulo*, *G1* e *R7*, percebemos que a maioria das matérias são notícias, havendo poucos artigos e notas. Já no site da revista semanal *Época*, encontramos artigos, sendo a maior parte publicada em blogs dos/as colunistas. Ao discutirmos as diferenças entre o artigo e a notícia, remeteremo-nos à classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil, seguindo as orientações de Melo (2003), quando sugere que o “jornalismo articula-se [...] em função de dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Daí o relato jornalístico haver assumido duas modalidades: a descrição e a versão dos fatos” (MELO, 2003, p.63), modalidades classificadas pelo autor como jornalismo informativo e jornalismo opinativo. No primeiro grupo, entrariam notas, notícias, reportagens e entrevistas. No segundo, constariam editoriais, comentários, artigos, resenhas, colunas, crônicas, caricaturas e cartas.

No período analisado, foram registradas nos sites pesquisados 171 matérias sobre o caso Geisy Arruda. Observamos que o site que mais emitiu informações sobre o assunto foi o *G1* – da rede Globo, com 79 matérias publicadas, seguido do *R7* – Record, com 40 matérias. Os sites da *Folha de S. Paulo* e da revista *Época* publicaram 44 e 8 notícias, respectivamente. Esse número de matérias significou praticamente notícias diárias durante duas semanas sobre o caso aqui analisado.

² O gênero pode ser compreendido como uma maneira de “problematizar a polaridade entre feminino e masculino estabelecida pelo conceito biológico de ‘sexo’” (FUNK, 2009, p. 103). Procuramos entender as violências de gênero como uma construção social presente nas diversas relações sociais e culturais (GROSSI, 1998, p. 293), denunciando as desigualdades existentes entre homens e mulheres. As violências contra a mulher podem ser definidas como física, sexual, psicológica, mas não podemos esquecer de mencionar as violências institucionais, que contribuem muito para um cenário de humilhação e submissão da condição de ser mulher.

As matérias jornalísticas na tela: conhecendo o caso Geisy Arruda

Graças à postagem de um vídeo no *site YouTube*, ficou conhecido o caso da jovem aluna matriculada no curso noturno de Turismo da Universidade Bandeirante (Uniban), localizada na Grande São Paulo, em São Bernardo do Campo, na região do grande ABC paulista. No dia 22 de outubro de 2009, Geisy Arruda foi à aula com um minivestido cor-de-rosa choque e foi agredida e hostilizada por seus colegas, que “enfurecidos” e “surtados” se dirigiram à moça com ofensas morais, além de tentativa de linchamento. O vídeo mostra que a moça, ao passar pelos corredores da universidade em direção à sala de aula, foi acompanhada por uma multidão de estudantes que gritavam palavras como “gostosa”, “puta”, “vagabunda”, “vamos te estuprar”. Geisy somente conseguiu chegar à sala com a ajuda de uma colega. Ela permaneceu trancada com a turma e o professor, enquanto os alunos gritavam em frente à sua sala, tentando adentrar esse espaço. A saída da sala de aula e da universidade na noite do episódio somente foi possível após a chegada da polícia. Vestida com o jaleco emprestado por seu professor, Geisy foi escoltada por policiais até a sua residência. Os próprios estudantes que a agrediram filmaram a cena com seus celulares e colocaram na internet. A partir daí, o caso se espalhou pela grande imprensa. Os alunos utilizaram como justificativa para a prática de tal episódio o desejo de “resguardar” a “moralidade” do ambiente universitário que frequentavam. Em torno do discurso da defesa dos valores e da moral da instituição de ensino, a Uniban decidiu expulsar a aluna. Essa atitude, além de contribuir para maior exposição do caso na mídia, foi a gota d'água que mobilizou efetivamente ativistas dos movimentos feministas, membros do governo, intelectuais e pesquisadores/as em torno da agressão, que se tornou um símbolo dos casos de violências contra mulheres no Brasil. Passaremos a analisar, a seguir, a forma como o caso foi apresentado em cada uma das mídias analisadas.

O caso Geisy Arruda apresentado pelo programa Fantástico da rede Globo

A história de Geisy Arruda foi extensamente noticiada, principalmente no período entre a postagem do vídeo da agressão no *YouTube* e a sua expulsão da Uniban, com posterior readmissão da estudante. A rede Globo, no seu principal programa informativo semanal, o Fantástico, abordou a manifestação contra a aluna do curso de Turismo da Uniban nos dois domingos após o caso ter acontecido (1º e 8 de novembro de 2009), mas em nenhuma das ocasiões discutiu os motivos que levaram os/as estudantes a agredirem Geisy.

Na primeira matéria, restringiu-se a ouvir a consultora de moda Gloria Kalil e o vice-reitor da universidade, Ellis Wayne Brown. Esse último disse que o

ato cometido pelos estudantes não tinha sido tão grave a ponto de gerar a expulsão deles. Já Gloria Kalil, nos menos de 25 segundos que falou, esforçou-se para explicar para as “desinformadas” (como Geisy) que “a moda é uma linguagem” e que a menina errou ao ignorar isso: “ela se vestiu de modo inadequado ao ambiente em que estava” e foi “lida” de uma maneira que não gostaria. Após a explicação, a consultora completou que, mesmo com a roupa inadequada, nada justificaria a agressão. A abordagem dada ao acontecimento Geisy Arruda pelo Fantástico se preocupou em tratar de uma questão que é frequentemente associada às mulheres, a moda.

Na segunda reportagem do Fantástico, do dia 8 de novembro, o assunto foi a expulsão da estudante. Foram mostradas algumas passagens da nota publicada pela Uniban com os “motivos” da expulsão, como trajes inadequados e postura “incompatível” com o ambiente escolar. As pessoas ouvidas na reportagem foram: Geisy Arruda e o seu advogado, o advogado da Uniban, um advogado constitucionalista, um educador e um estudante. Foram destacados também trechos da carta escrita pela União Nacional dos Estudantes (UNE), condenando a agressão. Das seis pessoas ouvidas nessa reportagem, apenas uma era mulher. Novamente, não foi discutido o tema das violências contra as mulheres, atendo-se o programa a questões superficiais, que já tinham sido manchetes em *sítes* e jornais de todo o país.

Esse fato nos provocou uma reflexão sobre as formas como as violências contra as mulheres são apresentadas nos meios midiáticos brasileiros, em especial nos programas televisivos. A maneira banal como o caso foi apresentado num dos programas televisivos de maior audiência no país fica bem expressa na fala da articulista de moda quando se referiu à falta de “adequação” da roupa que Geisy usava no dia do episódio. Outra questão refere-se à presença constante de pessoas entrevistadas que falavam, exclusivamente, de questões morais. Além disso, percebemos a falta de iniciativa por parte dos/as jornalistas de tentarem construir matérias mais densas que fomentassem o surgimento do debate, evidenciando que atitudes e preconceitos de gênero são comuns e fazem parte do dia a dia das mulheres brasileiras.

Geisy Arruda: analisando a cobertura jornalística do portal G1

No *site G1*, entre os dias 29 de outubro e 12 de novembro de 2009, foram publicadas 79 matérias sobre o fato. A diferença entre a apresentação de matérias escritas em portais, em relação à fonte televisiva, está, fundamentalmente, na maior extensão quantitativa dos textos escritos, com

constantes repetições dos fatos vividos pelos personagens durante determinado período de tempo. Outro fator diz respeito à possibilidade de participação do/a leitor/a por meio de comentários das notícias divulgadas nos *sites* e nos *blogs*.

A primeira notícia do *site G1* sobre o caso foi publicada no dia 29 de outubro. A matéria era curta e dizia no título: “Aluna com roupa curta provoca tumulto em universidade e vídeo cai na web”. A utilização do verbo “provocar” indica a culpabilização de Geisy pela agressão. Nas matérias publicadas nos dias seguintes, houve mudança de abordagem, com a substituição do verbo provocar. Nas outras notícias, a exposição da aluna se estabelece a partir do xingamento que sofreu, explorando sua condição de vítima, como nesta frase retirada de uma matéria: “uma jovem foi xingada em faculdade por usar roupa curta”.

Nos dias seguintes, diversas matérias foram publicadas com títulos sugestivos e variados como: “Para universitárias de SP, minissaia não combina com sala de aula”. O texto mostra que há um julgamento moral em relação ao uso de saia curta, prática vestimentária bastante presente em universidades, tanto em São Paulo como em diversas cidades brasileiras. Outras notícias também dão destaque às roupas. Uma delas foca no fato de que Geisy voltaria às aulas na Uniban, “mas de calça comprida”. Nessa notícia, é novamente citado que a estudante de Turismo “provocou alvoroço ao aparecer na faculdade com um minivestido rosa”. Quando o jornal opta por uma das expressões: “estudante provocou alvoroço” ou “estudante que foi agredida”, subteve-se a culpabilização de Geisy pela roupa usada, podendo essa escolha influenciar na interpretação dos leitores. Além das formas variadas de contar o mesmo fato, como argumenta Almeida (2007), há variações e formas de interpretar diferentes, que demonstram como a heterogeneidade dos espectadores, em termos de suas posições sociais, afeta e permite leituras distintas de um mesmo texto.

Outras notícias foram publicadas dando voz à UNE, entidade que classificou o fato como “violência sexista”. Apesar de a editoria do *site* não ter se preocupado em discutir a questão com esse enfoque, abriu espaço para que a UNE expusesse seus argumentos. Outro texto que chama a atenção é o seguinte: “Opinião: Tumulto na Uniban mostra que alunos devem amadurecer como pessoas”. O texto que vem logo abaixo do título diz: “Faltou bom senso para usar traje apropriado à faculdade. Nada, porém, justifica a hostilização sofrida pela jovem”. A linha de argumentação do/a autor/a do artigo era de que há regras na sociedade que são guiadas pelo bom senso das pessoas, sendo a escolha da roupa que se usa uma delas, ou seja, que Geisy ao se vestir com uma saia curta para ir à faculdade estava agindo fora das regras sociais de vestimenta.

A primeira matéria que estava focada nas reações do movimento feminista foi publicada no dia 9 de novembro, após a expulsão da estudante da universidade. O texto era curto e falava da organização de protesto na frente da universidade. Outro texto publicado comentava sobre uma pichação no muro da Uniban onde estava escrito “faculdade preconceito”. Os outros *sites* analisados não publicaram notas ou notícias sobre a pichação.

Também foram publicadas matérias com excessiva vitimização de Geisy, como, por exemplo, “Tudo o que eu mais queria era voltar a estudar, diz aluna expulsa pela Uniban”. No olho dessa matéria, há duas frases, uma delas diz que “Geisy Arruda disse estar muito abalada por não poder voltar à faculdade”. No mesmo dia dessa publicação, foi apresentada uma matéria que expressava a opinião do Governo e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O importante dessa matéria é que ela deu voz a pessoas e entidades como o presidente da OAB e a ministra, à época, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Nilcéia Freire, que criticaram a expulsão. A maior parte das fontes ouvidas é oficial. Percebe-se que em várias ocasiões as falas das fontes oficiais são o fato principal da notícia. As fontes oficiais são aquelas que estão ligadas a uma instituição e autorizadas a falarem em nome dela. De acordo com Lage (2006), elas são mantidas pelo Estado, empresas e organizações, as quais possuem algum poder de Estado e são consideradas as mais confiáveis.

Após a revogação da expulsão de Geisy pela Uniban, uma matéria saiu com o seguinte título: “Alunos da Uniban vão manifestantes durante ato contra expulsão de aluna”. O texto relata uma batalha com dois lados (UNE e entidades de defesa da mulher *versus* estudantes da Uniban), e no meio uma celebridade de televisão com um minivestido rosa, a qual, segundo a notícia, é rodeada e filmada pelos estudantes, mas essa mulher, diferentemente do que aconteceu com Geisy, não foi agredida. Apesar de ser uma matéria com o intuito de cobrir o protesto realizado pelos movimentos sociais, o foco é na celebridade que está presente e nas vaías que os manifestantes receberam. As reivindicações dos movimentos presentes não são discutidas.

Vale ressaltar duas notícias publicadas a respeito do protesto organizado pelos estudantes na UnB e um artigo cujo título era “Opinião: Caso da Uniban mostra que falta avançar na igualdade entre gêneros”. A psicóloga e psicopedagoga Ana Cássia Maturano diz que o que o fato expôs é que “temos muito ainda que avançar na igualdade entre os gêneros”. O texto se propôs a discutir a questão da violência contra a mulher, do papel dela na sociedade, do preconceito que ainda sofre, debatendo questões que foram ignoradas pela maioria das notícias publicadas tanto pelo *site G1* quanto por outros pesquisadores.

Geisy Arruda: analisando a cobertura jornalística do portal *Folha de S. Paulo*

Foram publicadas no *site* da *Folha de S. Paulo* 44 reportagens. As matérias oscilaram entre acusação e defesa da vítima. Uma das notícias publicadas no dia 30 diz: “Alunos se dividem em defesa e ataque a estudante que causou tumulto por ‘pouca roupa’”. Além da culpabilização da estudante, outro aspecto que merece destaque é a forma como foi escrita, como se fosse a narrativa de um filme. Há personagens, drama, ação, herói e vítima: “O professor Rubens [...] teve de sair da sala em operação de resgate”. A jornalista continuou com o sensacionalismo: “A essa altura, Michele [Geisy] chorava, desmanchando a maquiagem. Um chute na porta, a maçaneta voou. Machucou o professor”. Toda a matéria veio ilustrada com as frases gritadas pelos alunos da Uniban que agrediram Geisy Arruda.

Devido à escolha da repórter pela dramatização, a notícia não conseguiu demonstrar a seriedade do fato. Ao escolher dar voz aos agressores, colocando as frases violentas e maldosas ditas por eles, como “deixou cair uma carteira, de propósito, só para ter de se agachar”, sem se preocupar em discutir todo o preconceito e violência de gênero que estavam por trás delas, a repórter, de certa forma, legitimou a ação deles. Além disso, a matéria é finalizada com uma fala da estudante de Turismo dizendo que agora “Só se veste de calça e camiseta e a maquiagem fica guardada”. A partir dessa frase, subtende-se que a matéria apelou para o moralismo e ratificou o erro cometido por Geisy de usar indumentárias inadmissíveis para o ambiente escolar, ou seja, a aluna aprendeu a lição, ela não vai mais usar roupas que os outros consideram inadequadas.

Quando analisamos produtos jornalísticos, devemos refletir sobre alguns conceitos que permeiam o campo, já que, ao entendê-los, é possível compreender melhor como é a rotina de produção de notícias e como esta interfere no produto final. Um desses conceitos, como aponta Tuchman (1999), é a objetividade. A autora explica que os jornalistas “podem mitigar pressões contínuas como os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que o seu trabalho é ‘objetivo’” (TUCHMAN, 1999, p. 74). De acordo com ela, o jornalista poderia afirmar, por exemplo, que, em vez de dar sua opinião, ele citou outras pessoas. Esse recurso é encontrado em todos os *sites* analisados e em grande parte das matérias. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos falar’” (TUCHMAN, 1999, p. 81). Porém, ao selecionar as fontes com as quais irá conversar e depois escolher o que irá aproveitar daquilo que foi dito, o jornalista já está utilizando-se de sua subjetividade, fato que se repetiu em vários casos aqui analisados.

Nos dias que se seguiram, várias matérias foram publicadas no *site* da *Folha de S. Paulo*. Nota-se que após a expulsão o fato ganhou maior importância na mídia. Várias informações que ainda não haviam sido dadas foram temas de matérias. Em uma delas, expuseram uma manchete que fala sobre a readmissão da estudante. A notícia está focada no fato de que o vice-reitor da Uniban, Ellis Brown, afirmou que a repercussão negativa do caso influenciou na readmissão de Geisy. Toda a notícia é delimitada com frases e opiniões de Ellis Brown, a única fonte citada. Além de classificar o Conselho de corajoso por seguir o processo regimental e expulsar Geisy, “negou que o conselho universitário tenha se precipitado ao expulsar a estudante”. É importante destacar que a mídia, mesmo tratando o caso de forma superficial e preconceituosa, em muitos momentos, também contribuiu positivamente, ajudando na decisão da universidade de readmitir Geisy Arruda.

Após a análise das reportagens publicadas no período selecionado, é possível indicar que a cobertura realizada pelo *site* da *Folha de S. Paulo* foi bastante superficial. Em nenhum momento, a editoria proporcionou uma discussão mais profunda em relação ao caso. É fato que todas as matérias analisadas pertenciam ao gênero jornalístico notícia, que normalmente possui um *lead* no qual são respondidas seis perguntas básicas relacionadas ao fato noticiado (*quem, o quê, quando, onde, como e por que*). Nota-se que em inúmeras matérias sobre o caso quase todas essas perguntas eram respondidas, *quem, o quê, quando, onde e como* são respondidas em todas, porém *por que* não. O *porquê* foi exaustivamente explicado pelo vestido curto, ocultando o preconceito e o machismo que estavam por trás da agressão.

Geisy Arruda: analisando a cobertura jornalística do portal R7

No *site* de notícias da Record, o R7, foram encontradas 40 matérias, publicadas do dia 30 de outubro a 12 de novembro de 2009. Uma entrevista com a estudante agredida tem como título uma frase de Geisy dizendo que se sentiu “um bicho, uma criminosa”. Essa citação foi escolhida com o objetivo de atrair a atenção do leitor. Já no texto introdutório da entrevista nota-se que o jornalista condena a atitude dos estudantes da Uniban. Ele diz que Geisy foi “vítima de um dos mais insanos atos coletivos de que se tem notícia nos últimos tempos”. Além disso, destaca que “inclusive mulheres” atacaram a estudante. Essa participação de mulheres na agressão é observada também em outras matérias.

Várias notícias saíram, mas destacamos o artigo no *blog* de Eduardo Marini, que fala de uma questão relevante. O jornalista utiliza uma linguagem

informal para dizer o quão é absurdo algumas pessoas que vão comentar o episódio gastarem 90% do tempo falando da roupa “inadequada” que Geisy usou, para no final dizerem que “nada justifica”. Essa crítica foi direcionada ao programa Fantástico, especialmente à fala de Gloria Kalil.

Matérias com enfoque político também foram publicadas, como “Presidente do PT chama universidade que expulsou aluna de ‘fascista’”. Outras deram vozes à UNE e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ambas as entidades criticaram enfaticamente a expulsão de Geisy, porém nenhum dos dois títulos conseguiu expor claramente as opiniões. Nesse portal, a fala da ministra Nilcéa Freire, por exemplo, classificou a expulsão de “absoluta intolerância e discriminação”, informação que apareceu apenas no olho da matéria.

Outro artigo publicado no *blog* Querido Leitor destaca de forma direta e irônica como é absurdo a Uniban apresentar em seu comunicado como justificativa para a expulsão o fato de Geisy ter feito um percurso maior, posar para fotos, ter se recusado a complementar suas vestimentas, como se esses atos fossem crimes.

O protesto liderado por movimentos sociais feministas e pela UNE também ganhou destaque no portal do R7. Mais uma vez, o foco da notícia recaiu nas vaias dos estudantes da Uniban. No olho da matéria, há frases gritadas pelos estudantes para as manifestantes, como “vai lavar panela”, “vai lavar roupa” e “vai cozinhar”, fato que demonstra nesses ditos o local que ainda é designado à mulher na sociedade brasileira. Ao longo da matéria, foram ouvidos apenas estudantes da Uniban que criticam Geisy, dizendo que ela pediu para ser agredida, que usou um “vestido muito obscuro”. Um dos estudantes ouvidos pelo R7 falou: “Agora, vão achar que só prostituta estuda aqui”.

A escolha da abordagem e as fontes ouvidas pelo *site* mostram que a cobertura do protesto foi extremamente parcial. Além disso, apenas no fim da matéria o evento foi retratado, com informações sobre quais movimentos participaram e o que eles reivindicavam.

Outro protesto noticiado pelo *site* R7 foi o realizado pelos estudantes da UnB em defesa de Geisy. A manifestação ganhou destaque pelo fato de os/as alunos/as terem tirado a roupa e se dirigido ao prédio da reitoria, em protesto contra a atitude considerada machista por eles/as. O fato aconteceu logo após a grande repercussão que o caso ganhou na mídia nacional e internacional. Em nenhum dos casos, foi discutido de forma mais clara e menos superficial o motivo dos protestos, que não eram apenas a favor de Geisy, mas para reivindicar que cesse todo tipo de violência contra a mulher. Os estudantes da

UnB, por exemplo, reivindicavam que as estudantes dessa universidade tivessem mais segurança no *campus*, fato que não foi citado na matéria do *site R7*, mas foi noticiado na rede Globo, por meio do jornal nacional.

Geisy Arruda: analisando a cobertura jornalística do portal da revista semanal *Época*

Ao se escolher como objeto de pesquisa matérias publicadas em uma revista, deve-se levar em consideração o fato de que há um intervalo diferente de tempo entre as publicações das revistas semanais e dos jornais diários. Por isso, normalmente, as notícias publicadas pela revista já foram apresentadas por outros meios como televisão, rádio e diários. Os periódicos semanais então precisam ter um diferencial: trazer informações novas e analisar o fato de forma mais profunda. Devido a essas peculiaridades, é mais comum encontrar opiniões e discussões mais densas em revistas do que em jornais.

Se nas revistas impressas a opinião se apresenta de forma mais contundente, nos portais das revistas, ela se mostra ainda mais presente, já que na internet não há o problema da falta de espaço para a formatação do texto. Além disso, os colunistas têm *blogs* onde dispõem de maior liberdade para falar o que pensam e escrever com uma linguagem mais informal.

A primeira matéria que saiu no *site* da *Época* sobre o caso de Geisy Arruda foi publicada no *blog* *Bombou na Web*, no dia 28 de outubro. Nela, o jornalista falava do episódio e classificava o vídeo como “muito triste”. Em outro momento, diz que o evento “ocorreu numa universidade e não num ritual bárbaro qualquer”. Esses dois exemplos ilustram o caráter mais livre e informal das matérias analisadas nesse veículo, além de sugerir que a linha editorial se posicionou de forma mais crítica e direta em relação a outras linhas editoriais estudadas neste artigo.

No *blog* *7x7*, a jornalista classificou a história de “simples, vergonhosa e sádica”, criticou os “rapazes” que disseram que a moça pediu para ser xingada por ter ido com roupa curta e disse que esses são os “mesmos que estupram por se sentirem 'atçados' por coxas à vista e decotes mais sensuais”.

Outras matérias do *site* trazem dois aspectos que chamam a atenção: um refere-se à citação recorrente da cor do cabelo de Geisy (loira) e outro faz referência ao vestido, que por ser tão curto era possível “entrever sua calcinha”. Nesse sentido, apesar de as matérias do *site* da *Época* serem mais cautelosas em relação ao episódio, pode-se perceber uma grande preocupação com a aparência, a cor do cabelo e os trajes usados pela estudante agredida.

Um artigo que merece destaque é “Geisy foi expulsa pelos filhos da revolução sexual?”, também publicado no *blog 7x7*, escrito a convite das editoras do *blog* por Gabriela Leite, socióloga, fundadora da ONG Davida e da grife Daspu e autora do livro *Filha, mãe, avó e puta* – no qual conta sua experiência como universitária e garota de programa. Convidar uma pessoa que já sofreu preconceito por ser prostituta foi uma iniciativa interessante da editoria do *site*, pois houve um enfoque diferente que conseguiu expor as semelhanças entre as agressões que várias mulheres sofrem cotidianamente e que não são discutidas, além de explorar criticamente várias situações que pontuam os preconceitos de gênero sofridos por mulheres.

Em uma coluna que saiu no dia 8 de novembro, o colunista justificou a atitude de expulsar Geisy como uma questão meramente “mercantil”, já que era mais fácil “criminalizar uma minissaia do que enfrentar uma massa de centenas de estudantes que, acima de tudo, pagam pelas mensalidades que sustentam o estabelecimento”. Vemos que o argumento econômico utilizado apaga também o preconceito que esteve por trás da decisão da expulsão.

Geisy Arruda: um debate entre pares

Por fim, analisamos aqui quatro artigos de opinião publicados em diferentes veículos após a exibição exaustiva do caso na mídia: da socióloga e líder do movimento de prostitutas Gabriela Leite, do psicanalista Contardo Calligaris, do filósofo Renato Janine Ribeiro e da antropóloga Sônia Correa.

Gabriela Leite escreve no *blog Mulher 7x7*, no dia 9 de novembro 2009, um artigo intitulado “*Mulheres são vagabundas ou certinhas? Boas ou más? Da vida ou de família?*”. Nele, a autora defende o movimento pela legalização da prostituição, tomando como mote o caso Geisy Arruda. Gabriela escreve sobre uma dupla moral que vigoraria na sociedade brasileira, que “procura prostitutas para satisfazer suas fantasias e esconde-se atrás de bons costumes”. Para ela, essa seria a raiz da luta política pelos direitos das prostitutas “em nome de uma sociedade menos hipócrita e moralista”. Ela defende que Geisy Arruda não deve se calar frente às agressões que sofreu e deve lutar em nome de um equilíbrio maior na civilidade, onde “todos seriam livres para exercerem sua autonomia”.

Já o psicanalista Contardo Calligaris escreve no *site da Folha de S. Paulo*, no dia 5 de novembro de 2009, um artigo intitulado “A turba da UNIBAN”. Para ele, após 40 anos de luta feminista, a sociedade brasileira ainda não reconheceu que mulheres são sujeitos sociais e como tal “também

têm desejos”. O insulto usado pela “turba” de universitários contra Geisy – *puta* – mostraria a rejeição social à possibilidade de uma mulher ter desejo próprio. Dessa forma, a agressão representa a opinião social de que ela “deveria ser punida” por mostrar seu desejo. Calligaris traz também argumentos feministas sobre como os papéis de atividade e passividade sexual associam-se no Brasil à figura do “veado” e aos papéis femininos e que portanto a “turba” da Uniban estava também obrigada a mostrar-se “ativa” sob risco da estigmatização do passivo sexual, que é o lugar ocupado simbolicamente pelos homossexuais em nosso sistema de gênero (FRY, 1982).

O terceiro artigo destacado aqui é o do filósofo e professor da USP, Renato Janine Ribeiro, publicado pela *Folha de S. Paulo* no dia 15 de novembro de 2009: “*Tensão e direitos humanos*”. O argumento central de seu texto se refere ao desejo, a uma sexualidade provocante que mexeu com os estudantes da Uniban e fez com que o caso merecesse destaque na mídia. Para o autor, tratar esse assunto a partir dos parâmetros de cidadania ou discriminação contra a mulher deixaria as reflexões empobrecidas e com um viés apenas legalista. O que está em pauta e deve ser refletido, segundo Janine, é a negociação entre o id e o ego representados a partir dos estudos de Freud. Expresso na proposição de que, após a mulher ter conquistado o direito de se vestir como bem queira expondo seu corpo publicamente, a consequência é a exigência de maior autocontrole por parte dos homens, ao que Janine chamou de “confronto hipermoderno”, posto que estes não sabem ainda como lidar com a liberdade feminina, ou seja, não sabem controlar seus impulsos sexuais.

Em contrapartida e em resposta a Renato Janine Ribeiro, Sônia Correa, antropóloga e autora do quarto artigo, “A persistente naturalização do sexo: um breve comentário sobre o artigo de Renato Janine Ribeiro”, publicado no portal Universidade Livre, argumenta que a concepção apresentada por Ribeiro é fortemente embasada por um viés heterossexual e sexista, dizendo: “é instigante a observação feita pelo autor de que o ‘sexo’ tem um poder brutal de deflagrar emoções públicas e midiáticas”. Ela lembra que no dia em que Geisy foi atacada pelos alunos da Uniban, certamente, aconteceram no país centenas de episódios de violência, desrespeito à liberdade de expressão e inclusive violação da integridade física de outras mulheres, mas também de homens, meninos, meninas e pessoas idosas, em muitos casos perpetrados por particulares ou agentes do Estado. Porém, segundo ela, a maioria desses episódios não chegou às páginas de jornal ou telas de televisão e os que chegaram não causaram maior escândalo. Correa critica a visão essencialista sobre a sexualidade defendida por Janine através do uso de noções de sexo como algo “meramente fisicalista e naturalista”. Criticando a visão de desejo

exposta pelo filósofo, ela argumenta que numa sociedade nacional e numa cultura global em que muitos outros corpos, inclusive masculinos, estão expostos na publicidade, na televisão e na internet, não faz nenhum sentido tratar o corpo feminino como fonte única e principal da incitação ao desejo.

Os dois textos trazem uma noção mais contundente e profunda do que as matérias dos outros veículos estudados, pois refletem as diferentes situações de violência às quais as mulheres estão sujeitas e das quais lutam para se libertarem, representadas pelas lutas sociais, e, sobretudo, pelo movimento feminista. O caso de Geisy, portanto, é inserido nos dois artigos, nesse quadro mundial de luta por equidade entre os gêneros. As reflexões desenvolvidas por Calligaris nos possibilitam ir além e pensar que dentro desse mesmo quadro mundial político se inserem também os movimentos LGBTTT.

Caminhos trilhados por Geisy Arruda após o episódio da Uniban

De outubro de 2009 até o início de 2011, fizemos um monitoramento dos *sites* *G1*, *R7*, *Folha de S. Paulo* e *Época*, usando como pesquisa o nome de Geisy Arruda, a fim de explorar os desdobramentos do acontecimento em sua biografia. Não faremos distinção entre eles, pois todos os portais mencionam os mesmos fatos, variando somente o número de notícias. Observamos que após a divulgação do episódio a estudante se tornou muito conhecida no Brasil e passou a ter um *status* de celebridade, tendo sua vida noticiada cotidianamente em *sites* de notícias, revistas de fofocas e em outros meios. Em dezembro de 2009, Geisy ganhou 32 mil reais em cirurgia plástica como presente de seis empresárias amigas do cabeleireiro de Geisy. Após cirurgia modeladora e implante de silicone, Geisy, atualmente apresentada como “estudante”, “empresária”, “modelo” e/ou “celebridade”, apareceu “recauchutada” no programa Fantástico da rede Globo.

No início de 2010, ela é homenageada e convidada para desfilar como destaque de uma escola de samba do Rio de Janeiro, cujo tema do desfile era “Com que roupa... eu vou?” Ela representou a rainha Elizabeth I vestida com uma releitura de seu vestido rosa. No mês seguinte, março de 2010, Geisy lança nas ruas do comércio popular de São Paulo uma coleção de vestidos na cor rosa, que leva o nome Rosa Divino: “Minha inspiração é a dona de casa”, disse a estudante ao *site* *G1*. Durante esse mesmo ano, Geisy apareceu em diferentes programas de emissoras de televisão como MTV, Globo, Record e SBT. Além disso, assinou um contrato com a TV Cidade, afiliada da Record em Fortaleza, na qual iria apresentar um programa. Porém, o contrato foi cancelado.

Ela apareceu também em clipes musicais e foi cogitada para ser garota propaganda da cerveja Devassa. Geisy foi convidada para participar de um *reality show* da emissora de televisão Record, do mesmo grupo do portal R7. O *reality show* se chama *A Fazenda*, no qual pessoas famosas são convidadas para ficarem confinadas durante alguns meses em uma fazenda. A terceira edição, que contou com a participação de Geisy, começou no dia 28 de setembro. A estudante foi a segunda a ser eliminada, no dia 15 de outubro. Apesar do pouco tempo em que permaneceu no *reality show*, durante o período, várias notícias sobre ela foram publicadas no portal R7. Enquanto estava na casa, os companheiros de confinamento cogitaram repetir o episódio violento que aconteceu na Uniban. A ideia era que Geisy colocasse o mesmo vestido rosa usado no dia em que foi agredida para que os colegas da casa encenassem o papel dos universitários que protagonizaram a agressão, no entanto os colegas do confinamento sugeriram se dirigir à estudante apenas por gestos, enquanto ela poderia responder o que quisesse. A ideia não foi realizada, pois Geisy afirmou que não gostaria de lembrar o episódio vivido.

Após sua saída, foi cogitada para sair na capa de revistas masculinas, optando por estampar a capa da revista *Sexy* com ensaio sensual em Punta del Este, no Uruguai. Essa edição publicada no mês de novembro de 2010 foi a mais vendida dos três anos anteriores da revista.

No mês seguinte, o jornalista Fabiano Rampazzo, atual colunista de revistas e sites de comportamento, lança, pela Matrix Editora, marca da Editora Urbana Ltda, cinco mil exemplares do livro biográfico de Geisy – *Geisy Arruda: Vestida para causar*. O livro é resultado das sessões de entrevistas realizadas com Geisy ao longo de 2010. É escrito em primeira pessoa, como uma espécie de livro de confidências, com alguns trechos nos quais o autor acrescenta informações relevantes. Merecem destaque a longa descrição detalhada da noite do massacre na Uniban e o início de suas aparições na mídia nacional e internacional. No prefácio, a psicanalista e colunista da revista da *Folha*, Luciana Saddi, apresenta Geisy como responsável, livre sexualmente, trabalhadora, e sensível para as causas em defesa da liberdade das mulheres (RAMPAZZO, 2010). Em maio de 2011, a ex-estudante participou da 2ª Marcha Nacional Contra a Homofobia, em Brasília. Segundo a revista *Época*, uma das conclusões do autor é que Geisy virou “símbolo do feminismo”. Vale refletir sobre qual feminismo se está falando, a partir do que Otto (2004) caracteriza como um contexto de diversas identidades e de um feminismo difuso na sociedade. Nele, a imagem de Geisy pode ser entendida com base na expressão de uma sexualidade exacerbada como indicação de uma espécie de poder obtido, sinônimo de “ter controle” de sua sexualidade (CRANE, 2006),

lançando mão de concepções do feminismo vinculadas à submissão e centralidade da figura masculina. Para Crane (2006), é também segundo essa imagem que podemos entender cliques musicais de mulheres como Madonna, Britney Spears, Christina Aguilera e outras.

No portal *R7*, o editor Paulo Tadeu falou que o livro busca atingir novos brasileiros emergentes da classe C: “Ela exerce um fascínio sobre essa classe. Ela enfrentou uma entidade poderosa, com dinheiro. É uma história que fala muito para a classe C”. Na mesma matéria, Geisy menciona que está considerando fazer um filme do livro e, ainda, candidatar-se a vereadora em Diadema, sua cidade natal no ABC Paulista.

No carnaval de 2011, em março, ela desfilou novamente pela mesma escola de samba do Rio de Janeiro que a convidara em 2010. Dessa vez sob o tema “O sonho sempre vem pra quem sonhar”, em homenagem à autora infantil Maria Clara Machado, vestida com uma fantasia chamada “Delícia”. Em novembro de 2010, mesmo mês de lançamento da *Sexy*, a revista *Época*, na edição de 653, entrevista o reitor da Uniban. Na entrevista, o reitor em nenhum momento admite que a Uniban ou os estudantes agrediram Geisy. Em sua fala, deixa claro: “O motivo pelo qual revogamos a expulsão foi para atender a um apelo do ministro da Educação, Fernando Haddad, que mostrou preocupação com o caso, e também pela grande pressão da mídia e dos movimentos sociais que agiram de forma muito agressiva”.

Além da fama, consequências judiciais surgiram do fato que aconteceu com Geisy. No dia 22 de abril de 2010, o Ministério Público Federal instaurou uma ação civil pública contra a Uniban, extensiva ao MEC e à União, acusando a universidade de não respeitar o devido processo legal durante a sindicância que resultou na expulsão da estudante Geisy Arruda, em novembro de 2009.

A estudante também moveu uma ação contra a Uniban. Geisy queria um milhão de reais de indenização. Durante a audiência, que aconteceu em setembro de 2010, não se chegou a um acordo com a universidade, pois esta não aceitou qualquer negociação, pois acredita que não houve nenhuma omissão da instituição de ensino. Em outubro do mesmo ano, a Uniban foi condenada a pagar 40 mil reais à estudante. Porém, ambas as partes não ficaram satisfeitas e recorreram.

Observando-se os fatos que foram noticiados sobre Geisy Arruda, nota-se que a ex-estudante se tornou uma nova celebridade. O fato associado à agressão não foi mais tratado, com raras exceções, como às relacionadas às consequências judiciais.

É importante perceber que, apesar disso, o nome Geisy Arruda é marcado por uma trajetória de rápida ascensão social acompanhada por grandes transformações estéticas. Ou seja, seu nome está carregado pela classe social específica da qual a aluna Geisy Arruda pertencia no momento da agressão e da grande visibilidade. Esse aspecto determina, enquanto uma celebridade e empresária nacional, quem são seus fãs, o público com quem dialoga e para o qual vende seus produtos, os programas dos quais participa etc., mesmo que a própria agressão e o fato ocorrido na Uniban – o motivo pelo qual a ex-estudante se tornou conhecida – sejam já periféricos ou inexistentes na mídia e em seu público. Do mesmo modo, são ignoradas as atitudes da universidade e a reação dos movimentos sociais, do movimento feminista, dos estudantes, da mídia, dos intelectuais e da população civil contra o preconceito dos alunos que agrediram Geisy.

Conclusão

O presente artigo buscou retratar as formas como as violências sofridas por Geisy Arruda foram apresentadas na mídia brasileira. Observamos que a aluna foi exposta de maneira preconceituosa em muitas matérias analisadas, tendo como destaque, quase sempre, o “mau” uso do vestido rosa, além da apresentação de Geisy como um “objeto” que despertou o desejo dos estudantes da Uniban.

As diversas mídias, como informantes e formadoras de opinião, também contribuem para que atitudes, como o caso dos estudantes da Uniban, sejam consideradas “naturais”, pois “afinal de contas a Geisy provocou o episódio”, na medida em que “usou roupas inadequadas para a ocasião”, como afirmaram a editora da moda Gloria Kalil e o filósofo Renato Janine Ribeiro. Nesse aspecto, o artigo remete-se à análise magistral de Peter Gay (*Da Rainha Vitória a Freud*) sobre o pânico que se instalou entre os homens, no *fin de siècle* europeu dos noventa, quando o papel da mulher quanto à sexualidade feminina estava em franco processo de transformação.

É perceptível o pouco interesse da mídia em discutir o problema das violências de gênero, em especial aquelas cometidas contra as mulheres, de forma mais clara, precisa e neutra. Na maioria das vezes, encontramos resistência na abordagem da violência como um problema social, ficando esta no âmbito da moralidade e ainda consagrando a mulher, quase sempre, como a responsável pelos atos de violência que a acometem (GROSSI, 2006).

Por outro lado, observamos também que algumas matérias e artigos dialogaram com o/a leitor/a de maneira mais crítica, apresentando argumentos que problematizam a questão social vivenciada pela mulher na atualidade e dando espaço para que intelectuais e movimentos sociais se posicionassem sobre o assunto, pontuando as diversas formas de violência que atingem mulheres.

A participação dos movimentos sociais, sobretudo do movimento feminista e de instituições como a Secretaria de Políticas para Mulheres e o Ministério da Educação, foi fundamental para que as diversas mídias começassem a tratar esse caso de forma menos sensacionalista, contribuindo para que o episódio que acometeu Geisy Arruda fosse foco de maior reflexão, principalmente após a expulsão da aluna, divulgada em nota pela Uniban. Portanto, não houve uma posição única e apenas negativa na representação da mídia sobre o caso Geisy Arruda. Nesse sentido, podemos destacar que, embora pouco representativa, em relação à quantidade de matérias publicadas, a mídia também demonstrou ter grande interesse na questão das violências contra as mulheres.

A diferença entre a apresentação de matérias escritas em portais, comparando-se à fonte televisiva, está, fundamentalmente, na maior extensão quantitativa dos textos escritos, com constantes repetições dos fatos vividos pelos personagens durante determinado período de tempo. Outro fator diz respeito à possibilidade de participação do leitor por meio de comentários das notícias divulgadas nos *sites* e nos *blogs*. Portais de revistas têm mais liberdade para escreverem e se posicionarem sobre o assunto. Além disso, as matérias e artigos publicados em *sites* tinham um teor mais crítico e, algumas vezes, tentavam mostrar o lado perverso da violência sofrida por Geisy, com entrevistas que abordavam temáticas como violência e prostituição. Tais abordagens podem ser compreendidas a partir das análises de Melo (2003) sobre as distinções entre os gêneros jornalísticos.

O programa Fantástico, exibido pela rede Globo, apresentou o caso Geisy a partir de parâmetros mais superficiais e, sobretudo, com aspectos moralistas pautados em apresentações de como as mulheres devem se comportar, bem como dicas sobre boas maneiras, com destaque para a cultura da moda e da estética, representada pela colunista Gloria Kalil.

Por fim, os atos praticados pelos/as estudantes da Uniban se apresentam como relevantes para discutirmos as violências que as mulheres sofrem diariamente, independentemente da condição social que ocupam, da

idade, etnia, cor, mas apenas pelo fato de ser mulher. Por que o caso de Geisy foi tão divulgado? Poderíamos destacar especialmente o ineditismo e a intensidade sobre a forma como a estudante foi agredida – tendo em vista que milhares de estudantes brasileiras vão à universidade de minissaia, mas não sofrem agressão – bem como, e sobretudo, o uso das redes sociais e as mídias eletrônicas, uma vez que eventos pontuais como esses são rapidamente divulgados na internet, tendo efeitos inesperados e colocando na pauta, mesmo que de maneira não adequada, o debate sobre as violências contra as mulheres, possibilitando, principalmente, a proliferação de opiniões de pessoas que se manifestam dos mais diferentes lugares sociais. Além disso, a projeção nacional e internacional que Geisy Arruda ganhou e o *status* de celebridade que lhe é conferido atualmente podem ser compreendidos também como fruto desse contexto social e do uso intensivo das tecnologias e redes sociais.

Referências

- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1. p. 177-192, jan./abr. 2007.
- CORRÊA, Marisa. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CRANE, Diana. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac SP, 2006.
- DEBERT, Guita Grin. As delegacias de defesa da mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORRÊA, Mariza; SOUZA, Érica Renata de (Org.). *Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"*. Campinas: UNICAMP/PAGU, 2006.
- FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- FUNK, Suzana. Borneo. Discurso e violência de gênero, ou a "diferença" revisitada. In: TORNQUIS, Carmem Suzana; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). *Leituras de resistência: corpo, violência e poder*. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 103-126.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: mulheres e relações violentas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- GROSSI, Miriam Pillar; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes; MINELLA, Luzinete Simões. *Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- GROSSI, Miriam. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 293-313.
- GROSSI, Miriam; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli (Org.). *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Mulheres, 2006.
- GROSSI, Miriam *et al.* Banco de dados para estudar a violência na imprensa brasileira. *Cadernos NIGS: metodologias*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-80, 2010. Disponível em: <http://www.nigs.ufsc.br/pdf/cadernos_nigs_metodologias.pdf>. Acesso em: 8 set. 2011.
- HAMBURGER, Esther. A expansão do feminino no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 70 e 80. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 153-175, jan./abr. 2007.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. São Paulo: Francis, 2010.

MELO, José Marques. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago./2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2011.

RAMPAZZO, Fabiano. *Geisy Arruda: vestida para causar*. São Paulo: Urbano, 2010.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. *Antropologia em primeira mão*, Florianópolis, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~antropos/74.%20carmen-midia.pdf>

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Cecília. M; IZUMINO, Wania. P. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. In: <http://www.fag.edu.br/professores/gspreussler/Direitos%20Humanos/Viol%EAncia%20de%20G%EAnero.pdf>. acesso em março de 2011.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

Páginas eletrônicas

FOLHA DE S. PAULO. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 2 dez. 2009. Período pesquisado: 28 out. 2009 a 12 nov. 2009.

G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. Disponível em: <<http://www.g1.com.br>>. Acesso em: 7 jan. 2010. Período pesquisado: 28 out. 2009 a 12 nov. 2009.

R7. Disponível em: <<http://www.r7.com>>. Acesso em: 14 jan. 2010. Período pesquisado: 28 out. 2009 a 12 nov. 2009.

REVISTA ÉPOCA. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com>>. Acesso em: 8 jan. 2010. Período pesquisado: 28 out. 2009 a 12 nov. 2009.

